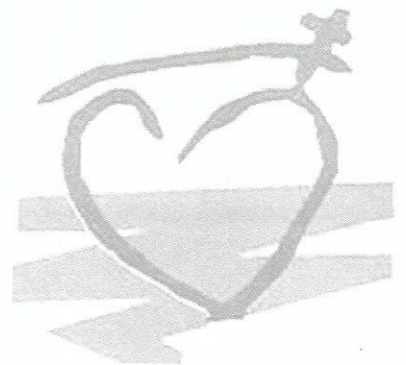




**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE
VILA DA PONTE**

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

CONTAS DE GERÊNCIA 2021





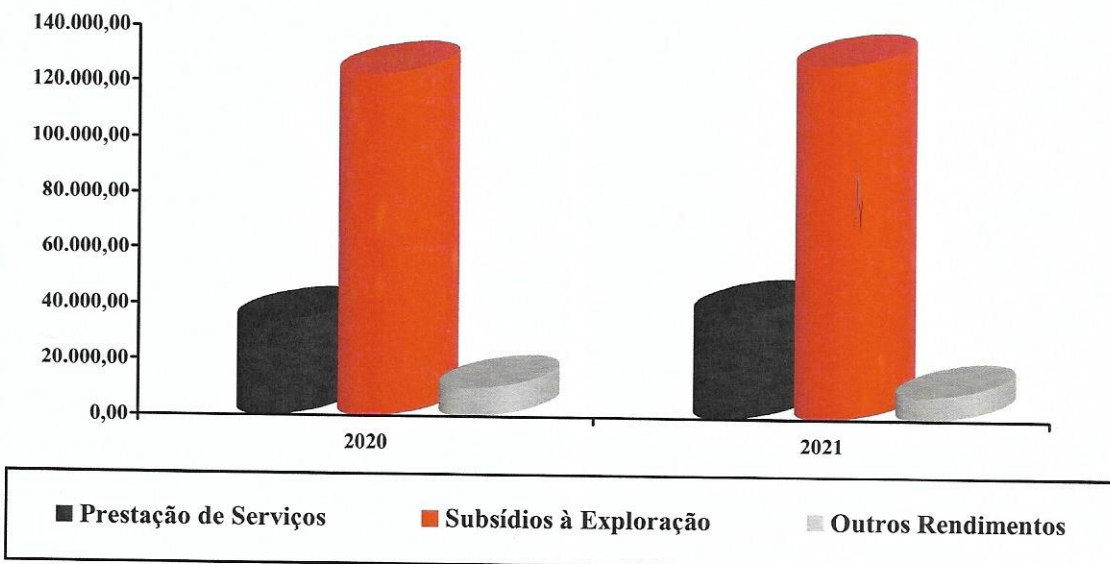
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/

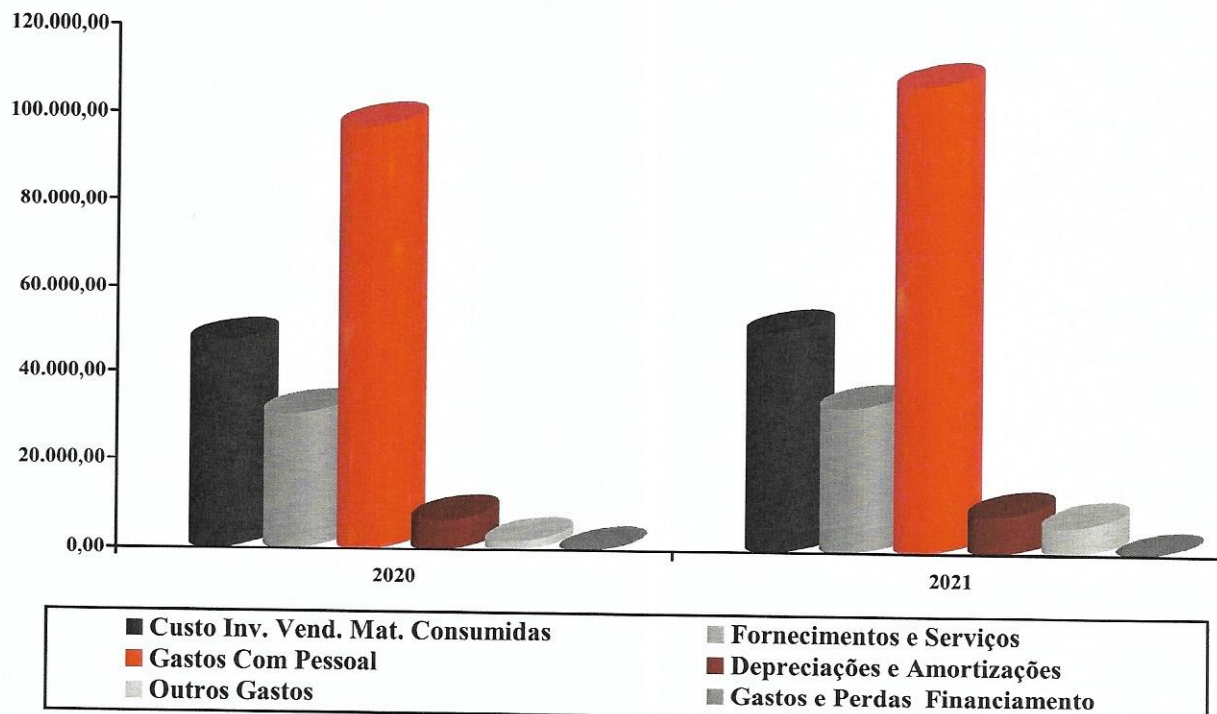
Handwritten signature and initials.

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



GASTOS



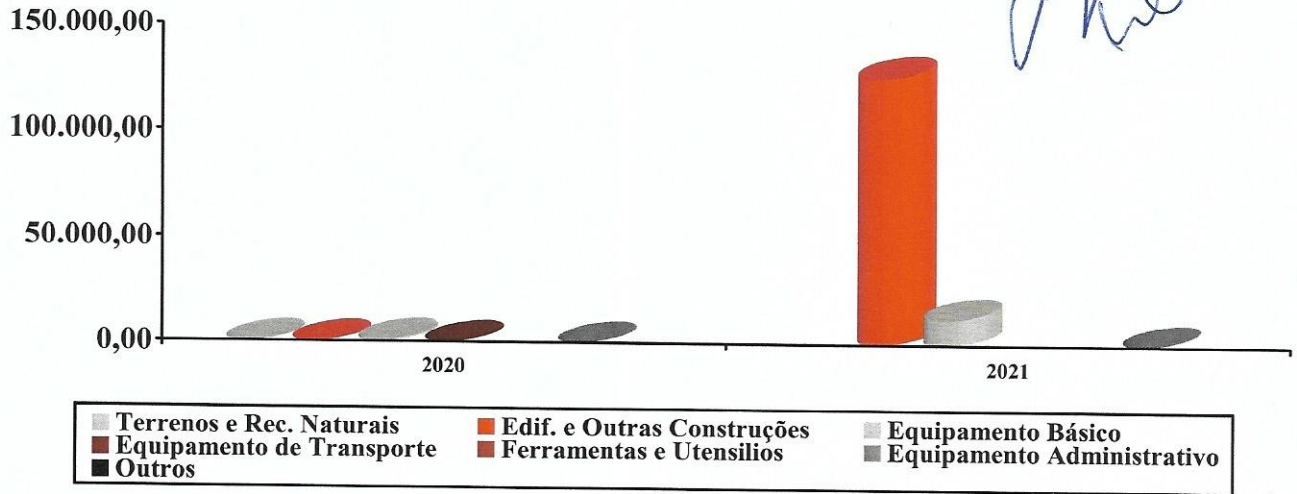


CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

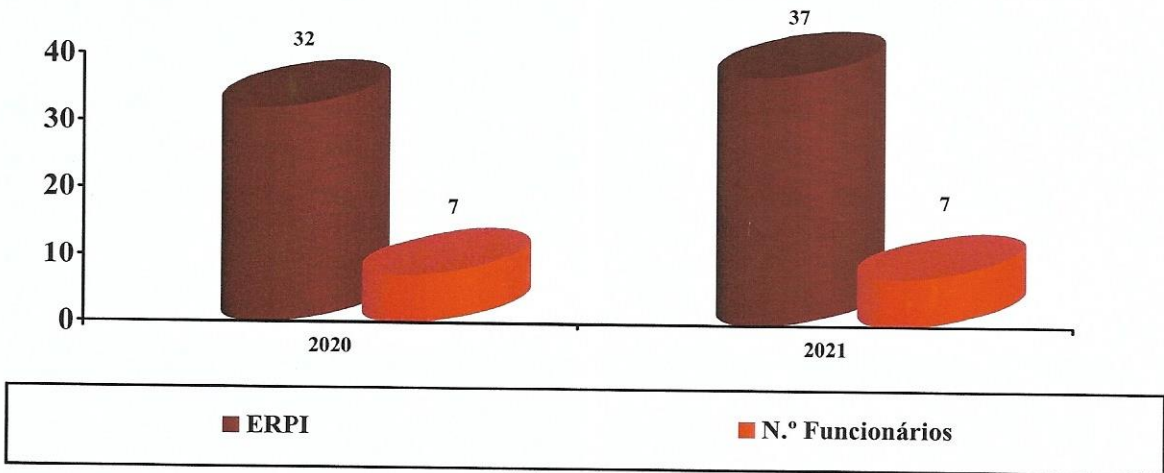
Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação A - B	Orçamento 2021 (D)	Variação A - D
	2021 (A)	2020 (B)			
Rendimentos					
71. Vendas					
72. Prestação de serviços					
- Terceira Idade	37.991,00 €	33.820,00 €	4.171,00 €	37.686,00 €	305,00 €
- Apoio Domiciliário	37.991,00 €	33.820,00 €	4.171,00 €	37.686,00 €	305,00 €
Total 72	37.991,00 €	33.820,00 €	4.171,00 €	37.686,00 €	305,00 €
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- Terceira Idade	126.217,20 €	121.170,78 €	5.046,42 €	125.332,50 €	884,70 €
- Apoio Domiciliário	126.217,20 €	121.170,78 €	5.046,42 €	125.332,50 €	884,70 €
- Compensação RMMG	253,50 €		253,50 €	253,50 €	
- Outros não especificados	528,93 €	1.431,07 €	-902,14 €		528,93 €
Total 75	126.999,63 €	122.601,85 €	4.397,78 €	125.586,00 €	1.413,63 €
76/7. Reversões/ganhos aumento justo valor					
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Descontos de p. pagamento obtidos		0,98 €	-0,98 €		
- Imputação de subs. para investimentos	284,35 €		284,35 €	284,36 €	-0,01 €
- Correções rel. períodos anteriores		1.617,32 €	-1.617,32 €		
- Subsídio de refeição em espécie	7.670,00 €	8.040,00 €	-370,00 €	7.775,00 €	-105,00 €
- Outros não especificados	453,83 €	284,36 €	169,47 €		453,83 €
Total 78	8.408,18 €	9.942,66 €	-1.534,48 €	8.059,36 €	348,82 €
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.		51,11 €	-51,11 €		
Total Rendimentos	173.398,81 €	166.415,62 €	6.983,19 €	171.331,36 €	2.067,45 €

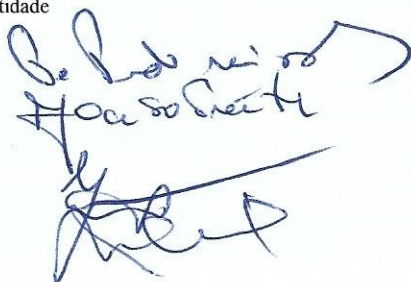
Resultado (Rendimentos-Gastos)	-31.800,44 €	-16.206,38 €	-15.594,06 €	-37.330,58 €	5.530,14 €
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	-------------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2021	2020
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche		
ATL		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI moradias		
ERPI quartos		
Centro de Dia		
Apoio Domiciliário	37	32
Apoio Domiciliário Integrado		

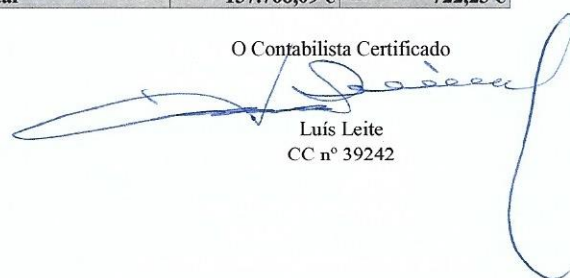
Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2021	7
2020	7

Investimentos		
	2021	2020
Edifícios	125.700,44 €	
Equipamento Básico	12.067,65 €	722,23 €
Equipamento Administrativo		
Equipamento Transporte		
AFT em curso		
Total	137.768,09 €	722,23 €

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luis Leite
 CC n° 39242

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
	2021 (A)	2020 (B)			
Gastos					
61. CMVMC					
- Géneros alimentares e outros	50.420,46 €	47.012,85 €	3.407,61 €	50.000,00 €	420,46 €
- Medicamentos e consumíveis					
Total 61	50.420,46 €	47.012,85 €	3.407,61 €	50.000,00 €	420,46 €
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos					
- Trabalhos especializados	3.306,21 €	3.326,31 €	-20,10 €	3.600,00 €	-293,79 €
- Publicidade e propaganda					
- Vigilância e segurança	635,76 €	26,00 €	609,76 €	636,00 €	-0,24 €
- Honorários					
- Comissões					
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	8.503,89 €	4.731,69 €	3.772,20 €	8.250,00 €	253,89 €
- Serviços bancários	328,74 €	198,87 €	129,87 €	350,00 €	-21,26 €
- Outros serviços (p.eventual, art. decoração, ...)					
- Ferramentas e utensílios	641,39 €	451,59 €	189,80 €	1.000,00 €	-358,61 €
- Material de escritório	495,58 €	525,37 €	-29,79 €	580,00 €	-84,42 €
- Artigos p/ oferta		136,25 €	-136,25 €	350,00 €	-350,00 €
- Encargos com utentes		16,15 €	-16,15 €		
- Eletricidade	651,82 €	1.989,85 €	-1.338,03 €	2.500,00 €	-1.848,18 €
- Combustíveis (gasolina, gasóleo, gás)	10.583,67 €	9.433,14 €	1.150,53 €	10.750,00 €	-166,33 €
- Água	128,97 €	406,34 €	-277,37 €	450,00 €	-321,03 €
- Ar medicinal					
- Deslocações e estadas	7,64 €	8,22 €	-0,58 €	12,00 €	-4,36 €
- Rendas e alugueres					
- Comunicação	452,64 €	478,46 €	-25,82 €	550,00 €	-97,36 €
- Seguros	1.760,54 €	1.836,99 €	-76,45 €	1.897,97 €	-137,43 €
- Contencioso e notariado				150,00 €	-150,00 €
- Despesas de representação		25,00 €	-25,00 €	750,00 €	-750,00 €
- Limpeza, higiene e conforto	5.169,88 €	6.833,80 €	-1.663,92 €	7.000,00 €	-1.830,12 €
- Outros fornecimentos e serviços	209,74 €		209,74 €		209,74 €
Total 62	32.876,47 €	30.424,03 €	2.452,44 €	38.825,97 €	-5.949,50 €
63. Gastos com o pessoal					
- Vencimentos	87.545,89 €	79.767,92 €	7.777,97 €	86.459,94 €	1.085,95 €
- Encargos com segurança social	17.786,92 €	15.914,36 €	1.872,56 €	17.546,68 €	240,24 €
- Seguros de acidentes no trabalho	1.555,83 €	1.281,55 €	274,28 €	1.555,83 €	
- Outros gastos com pessoal	301,49 €	3,78 €	297,71 €	495,00 €	-193,51 €
Total 63	107.190,13 €	96.967,61 €	10.222,52 €	106.057,45 €	1.132,68 €
64. Gastos de depreciação e de amortização	8.428,53 €	6.333,52 €	2.095,01 €	7.297,86 €	1.130,67 €
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor					
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Impostos e taxas				170,00 €	-170,00 €
- Alien. ativos fixos tangíveis					
- Participação Escola Profissional					
- Correções rel. períodos anteriores	6.178,66 €	1.751,99 €	4.426,67 €	6.178,66 €	
- Donativos					
- Quotizações	105,00 €	132,00 €	-27,00 €		105,00 €
- Multas					
- Outros não especificados				132,00 €	-132,00 €
Total 68	6.283,66 €	1.883,99 €	4.399,67 €	6.480,66 €	-197,00 €
69. Gastos e perdas de financiamento					
Total Gastos	205.199,25 €	182.622,00 €	22.577,25 €	208.661,94 €	-3.462,69 €

A Entidade

*Debede real
 Paulo Nunes
 JF*

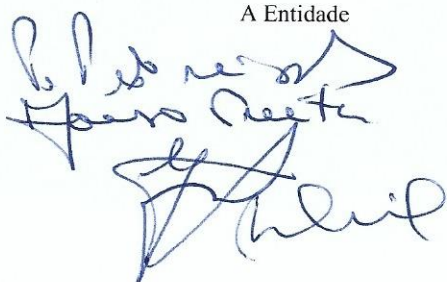
O Contabilista Certificado

[Assinatura]
 Luís Leite
 CC nº 39242

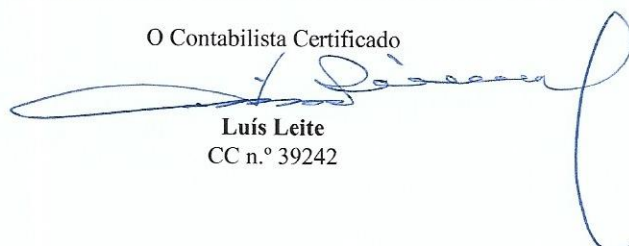
Balço Individual em 31-12-2021

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		187.941,51	64.611,77
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		4.783,35	4.920,00
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m			
Investimentos financeiros		245,58	245,58
		192.970,44	69.777,35
Ativo corrente			
Inventários		660,75	397,57
Estado e outros entes públicos		1.296,95	346,23
Outros ativos correntes		7.726,21	1.431,07
Diferimentos		1.409,16	1.854,06
Caixa e depósitos bancários		202.253,81	343.320,50
		213.346,88	347.349,43
Total do ativo		406.317,32	417.126,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados		369.255,17	385.461,55
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais		50.271,62	33.560,83
		419.526,79	419.022,38
Resultado líquido do período		-31.800,44	-16.206,38
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial		387.726,35	402.816,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		3.278,79	
Estado e outros entes públicos		2.114,23	1.725,56
Outros passivos correntes		13.197,95	12.585,22
Passivos não correntes detidos para venda			
		18.590,97	14.310,78
Total do passivo		18.590,97	14.310,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		406.317,32	417.126,78

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite
CC n.º 39242

C. Social Paroquial Vila da Ponte de Montalegre

Contribuinte: 504775251

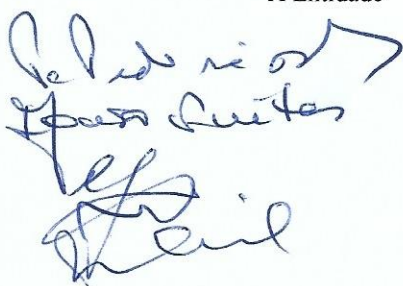
Exercício: 2021

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		37.991,00	33.820,00
Subsídios, doações e legados à exploração		126.999,63	122.601,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-50.420,46	-47.012,85
Fornecimentos e serviços externos		-32.876,47	-30.424,03
Gastos com o pessoal		-107.190,13	-96.967,61
Outros rendimentos		8.408,18	9.993,77
Outros gastos		-6.283,66	-1.883,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-23.371,91	-9.872,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-8.428,53	-6.333,52
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-31.800,44	-16.206,38
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-31.800,44	-16.206,38
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-31.800,44	-16.206,38

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luis Leite
CC n.º 39242

C. Social Paroquial Vila da Ponte de Montalegre

Contribuinte: 504775251

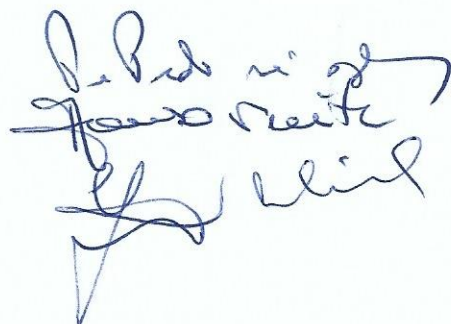
Exercício: 2021

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		38.780,00	34.257,70
Recebimentos de subvenções		120.077,66	119.553,00
Pagamentos a fornecedores		-82.865,79	-80.004,13
Pagamentos ao pessoal		-98.504,59	-88.741,24
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-22.512,72	-14.934,67
Outros Recebimentos/Pagamentos		26.085,85	1.400,53
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	3.573,13	-13.534,14
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-144.639,82	-764,62
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	26,62
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	-144.639,82	-738,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		0,00	25.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	11,18
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	0,00	25.011,18
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-141.066,69	10.739,04
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		343.320,50	332.581,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		202.253,81	343.320,50

A Entidade



O Contabilista Certificado



Luís Leite
C C n.º 39242



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

ANEXO (Período 2021)

1 – Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

C. Social Paroquial Vila da Ponte de Montalegre

NIPC: 504775251

1.2 — Sede

Rua do Outeiro da Costa n.º1 – Vila da Ponte

5470-543 Montalegre

1.3 — Natureza da Atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;





- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

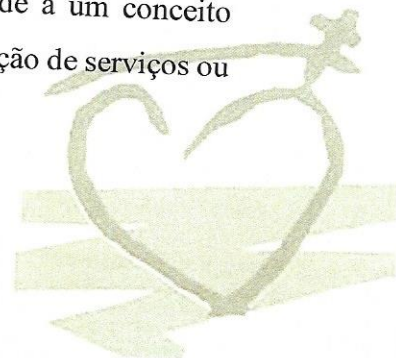
3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.





Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Fernando Costa' and 'F. Costa'.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

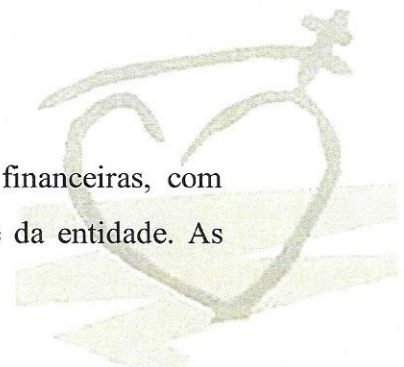
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As





políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

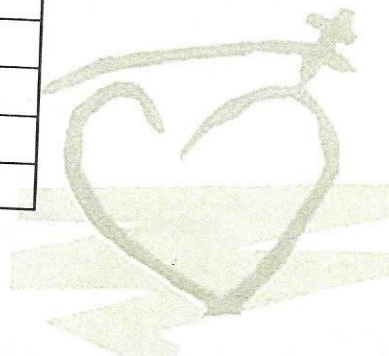
Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8





Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

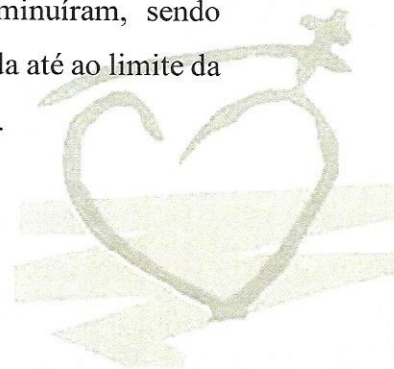
3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.





3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes





dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

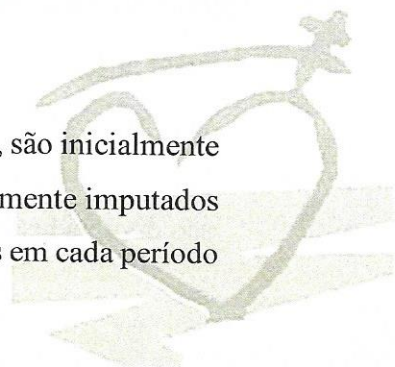
O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período





e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

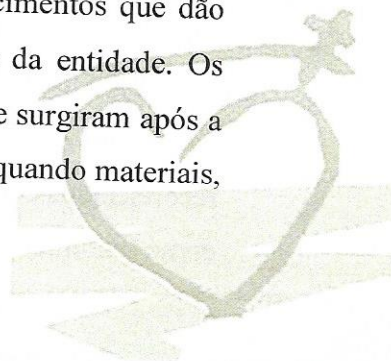
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.





3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	80.832,25			80.832,25	125.700,44		206.532,69
Equipamento básico	41.041,51	722,23		41.763,74	12.067,65		53.831,39
Equipamento de transporte	54.264,02			54.264,02			54.264,02
Equipamento administrativo	8.957,65			8.957,65			8.957,65
Out. ativos fixos tangíveis	2.445,50			2.445,50			2.445,50
Sub-total	194.192,43	722,23		194.914,66	137.768,09	-6.651,50	326.031,25
Depreciações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	26.393,87	1.616,64		28.010,51	2.876,46		30.886,97
Equipamento básico	38.996,50	654,45		39.650,95	1.885,68		41.536,63
Equipamento de transporte	47.633,27	3.789,00		51.422,27	2.841,75		54.264,02
Equipamento administrativo	8.957,65	90,47		9.048,12			9.048,12
Out. ativos fixos tangíveis	1.988,08	182,96		2.171,04	182,96		2.354,00
Sub-total	123.969,37	6.333,52		130.302,89	7.786,85		138.089,74
Quantias líquidas escrituradas	70.223,06	-5.611,29		64.611,77	129.981,24	-6.651,50	187.941,51

5 – Ativos intangíveis

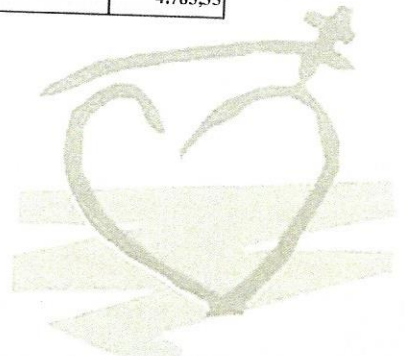
Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Projetos de desenvolvimento	3.750,00			3.750,00	4.920,00		8.670,00
Sub-total	3.750,00			3.750,00	4.920,00		8.670,00
Amortizações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Projetos de desenvolvimento	3.750,00			3.750,00	136,65		3.886,65
Sub-total	3.750,00			3.750,00	136,65		3.886,65
Quantias líquidas escrituradas					4.783,35		4.783,35

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

Entidades	2019	Aumentos	Diminuições	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Fundo Compensação Trabalho	224,45	21,13		245,58			245,58
Total	224,45	21,13		245,58			245,58

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	660,75	397,57
Total	660,75	397,57

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2021			2020		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Total
Inventários no começo do período		397,57	397,57		710,43	710,43
Compras		50.683,64	50.683,64		46.699,99	46.699,99
Inventários no fim do período		660,75	660,75		397,57	397,57
CMVMC		50.420,46	50.420,46		47.012,85	47.012,85

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

Réditos reconhecidas no período	2021	2020
Prestação de serviços	37.991,00	33.820,00
Juros		51,11
Total	37.991,00	33.871,11

9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2021	2020
Imputação de sub. para investimentos	738,18	284,36

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2021	2020
Centro Distrital da Segurança Social	126.217,20	121.170,78
Compensação 2RMMG	253,50	
Adaptar Social	528,93	1.431,07
Total	126.999,63	122.601,85

10 – Instrumentos financeiros

10.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2019	Aumentos	Reduções	2020	Aumentos	Reduções	2021
Resultados transitados	385.491,05			385.461,55			369.255,17
Outras variações no Fundo Patrimonial	8.845,19	25.000,00	-29,50	33.560,83	17.448,97	-16.206,38	50.271,62
Resultado Líquido	-29,50	29,50	-16.206,38	-16.206,38	16.206,38	-738,18	-31.800,44
Total	394.306,74	25.029,50	-16.520,24	402.816,00	33.655,35	-48.745,00	387.726,35



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

11 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

11.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	7			7
Termo certo				
Termo incerto				
Total	7			7
Número médio				7

Gastos com pessoal	2021	2020
Funcionários:	105.332,81	95.682,28
Remunerações	87.545,89	79.767,92
Encargos seg. social	17.786,92	15.914,36
Seguros	1.555,83	1.281,55
Outros	301,49	3,78
Total	107.190,13	96.967,61

12 – Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2021.

12.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2021.

12.3 – A 31 de dezembro de 2021 não existiam salários em dívida aos funcionários.

13 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

13.1 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2021	2020
Caixa		
Depósitos à Ordem	202.253,81	343.320,50
Total	202.253,81	343.320,50

13.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2021			2020		
Outros créditos a receber	7.726,21		7.726,21	1.431,07		1.431,07
Total	7.726,21		7.726,21	1.431,07		1.431,07
Passivos	2021			2020		
Fornecedores	3.278,79		3.278,79			
Outras dívidas a pagar	13.197,95		13.197,95	12.585,22		12.585,22
Total	16.476,74		16.476,74	12.585,22		12.585,22

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

13.3 – Estado e outros entes públicos





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
Ativo		
EOEP - IVA	1.296,95	346,23
Total	1.296,95	346,23
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	317,00	120,00
EOEP - Segurança Social	1.797,23	1.605,56
Total	2.114,23	1.725,56

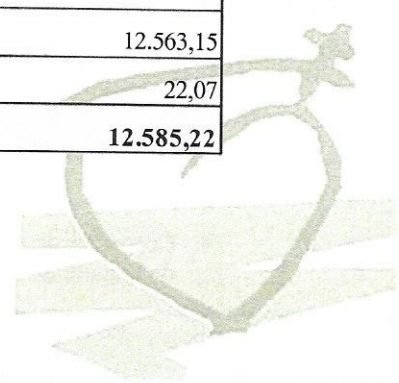
13.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2021	2020
Ativo - Outros créditos a receber		
Adaptar Social Mais		1.431,07
Feder	7.726,21	
Total	7.726,21	1.431,07
Passivo - Outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	12.408,95	12.585,22
Total	12.408,95	12.585,22

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

13.5 – Devedores E credores por acréscimos

Acréscimos	2021	2020
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Total		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Férias e Sub. Férias a liquidar	12.408,95	12.563,15
Eletricidade, água, comunicação a liquidar		22,07
Total	12.408,95	12.585,22





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

13.6 – Diferimentos

Diferimentos	2021	2020
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1.409,16	1.854,06
Total	1.409,16	1.854,06
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Total		

13.7 – Fornecimentos E serviços externos

FSE	2021	2020
Trabalhos especializados	3.306,21	3.326,31
Vigilância e segurança	635,76	26,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	2.400,00	185,00
Conservação e reparação-eq. Básico	3.960,15	
Conservação e reparação-eq. transporte	2.143,74	4.546,69
Serviços bancários	328,74	198,87
Ferramentas e utensílios	641,39	451,59
Material de escritório	495,58	525,37
Eletricidade	651,82	1.989,85
Combustíveis	10.583,67	9.433,14
Água	128,97	406,34
Comunicação	452,64	478,46
Seguros	1.760,54	1.836,99
Despesas de representação		25,00
Limpeza, higiene e conforto	5.169,88	6.833,80
Outros FSE	209,74	152,40
Total	32.876,47	30.424,03

13.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2021	2020
Correções de períodos anteriores	6.178,66	1.751,99
Quotizações	105,00	132,00
Total	6.283,66	1.883,99

- Correções de períodos anteriores – 1617,78 correspondem a verbas transferidas pelo Centro Distrital de Segurança Social relativas ao pagamento de acordos de cooperação.



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

13.9 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2021	2020
Descontos pp obtidos		0,98
Correções de períodos anteriores		1.617,32
Imputação de Sub. Investimento	738,18	284,36
Reposição do subsidio refeição em espécie	7.670,00	8.040,00
Total	8.408,18	9.993,77

13.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 31.800,44€ para Resultados Transitados. Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila da Ponte, 04 de março de 2022

A entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite





**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE
VILA DA PONTE**

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021





RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2021)

Exmos Senhores

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade: **Centro Social Paroquial de Vila da Ponte**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2021, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 31.800,44€.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

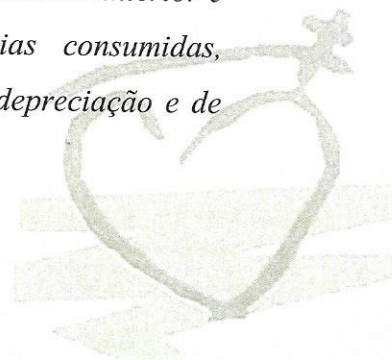
(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2021	2020	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Prestação de Serviços	37.991,00	33.820,00	4.171,00	12,33%
Volume de Negócios	37.991,00	33.820,00	4.171,00	12,33%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R. III SÉRIE, Nº 110 DE 12/5/99

Quadro da evolução dos gastos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	50.420,46	47.012,85	3.407,61	7,25%
FSE	32.876,47	30.424,03	2.452,44	8,06%
Trabalhos Especializados	3.306,21	3.326,31	-20,10	-0,60%
Conservação e Reparação	8.503,89	4.731,69	3.772,20	79,72%
Ferramentas e Utensílios	641,39	451,59	189,80	42,03%
Eletricidade	651,82	1.989,85	-1.338,03	-67,24%
Combustíveis	10.583,67	9.433,14	1.150,53	12,20%
Deslocações e Estadas	7,64	8,22	-0,58	-7,06%
Comunicação	452,64	478,46	-25,82	-5,40%
Despesas de Representação		25,00	-25,00	-100,00%
Outros	8.729,21	9.843,52	-1.114,31	-11,32%
TOTAL FSE	32.876,47	30.424,03	2.452,44	8,06%
Gastos Com Pessoal	107.190,13	96.967,61	10.222,52	10,54%
Depreciações e Amortizações	8.428,53	6.333,52	2.095,01	33,08%
Outros Gastos e Perdas	6.283,66	1.883,99	4.399,67	233,53%
Juros				
Total dos Gastos e Perdas Financ.				
Total dos Gastos e Perdas	205.199,25	182.622,00	22.577,25	12,36%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2021 a 173.398,81€ (166.415,62€ em 2020).

Evolução dos rendimentos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	37.991,00	33.820,00	4.171,00	12,33%
Subsídios à exploração	126.999,63	122.601,85	4.397,78	3,59%
Outros rendimentos	8.408,18	9.942,66	-1.534,48	-15,43%
Total dos Rendimentos	173.398,81	166.415,62	6.983,19	4,20%





5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	125.700,44		125.700,44	
Equipamento Básico	12.067,65	722,23	11.345,42	1570,89%
Total	137.768,09	722,23	137.045,86	18975,38%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Terrenos				
Edifícios	206.532,69	80.832,25	125.700,44	155,51%
Equipamento Básico	53.831,39	41.763,74	12.067,65	28,90%
Equipamento de Transporte	54.264,02	54.264,02		
Equipamento Administrativo	8.957,65	8.957,65		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.445,50	2.445,50		
Total	326.031,25	194.914,66	131.116,59	67,27%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 9.023,16€ (1.777,30€ em 2020).

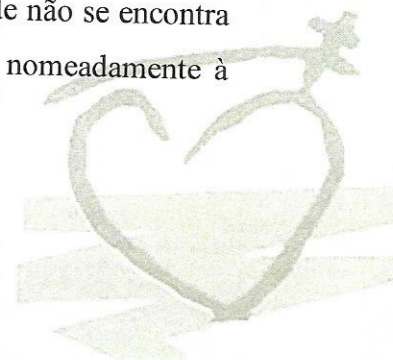
As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 18.590,97 € (14.310,78€ em 2020).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.





CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DA PONTE

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

9 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua função.

10 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 31.800,44€ para Resultados Transitados.

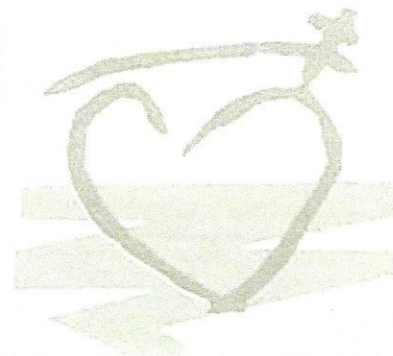
11 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Vila da Ponte, 03 de março de 2022

A Entidade





**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE
VILA DA PONTE**

Instituição de Utilidade Pública – D. R.III SÉRIE, Nº 110 DE 12/ 5/ 99

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2021 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Entidade

*Luís Pedro
Ferreira
B. Veil*

